
DEMONIZAÇÃO DO NEGRO: UMA HISTÓRIA DE DESIGUALDADE, INTOLERÂNCIA E DISCRIMINAÇÃO

Jéferson Oliveira Morais¹

Resumo

No âmago de uma sociedade que exalta o sentimento de liberdade, igualdade e fraternidade, desenvolve-se um vírus dotado de intolerância, repressão e marginalização quando se trata do contexto social de pessoas negras que, desde a escravidão, enfrentam um discurso dominante ditador de normas que fortalecem o racismo estrutural. Dito isso, o intuito deste ensaio repousa na tentativa de argumentar e elucidar a partir das teorias de Bourdieu (1989), Souza (2017) e outros autores as situações de discriminação constante geradas por relações de poder que, historicamente, foram enriquecidas por estigmatizações estruturalmente enraizadas que sustentam a ideologia do “sempre foi assim” quando fala-se das condições de dissabor que pessoas negras enfrentam em seu cotidiano.

Palavras-chave: Negro. Escravidão. Estado. Racismo. Poder.

Introdução

Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. (ALMEIDA, 2020, p. 24)

O que proponho aqui não é algo novo, daqui não surgirão elementos que já não tenham conhecimento. Aqui faço uma interpretação, que segue como um interruptor para provocar em você, leitor (a), a sensibilidade para compreender o conceito de racismo estrutural como uma relação de poder que a branquitude instituiu para dominar corpos que, à sua visão, são monstruosos, providos apenas de força física para trabalhos braçais desumanos, enquanto sua

¹ Graduando do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. Bolsista PIBIC-CNPq 2021-2022. Bolsista PIBIC-FAPESB. E-mail: jeferson.m8500@ufob.edu.br.

imagem foi construída na visão infável de criatura divina que o Senhor todo Poderoso abençoou com bens e recursos para perseguir o que havia de discrepante no mundo.

O Iluminismo – junto à filosofia e a ideologia cristã – foi precursor na construção de um ideário de ser humano universal, sujeito do conhecimento, atrelado às condições sociais europeias – políticas, econômicas e culturais – para comparar e subjugar tudo que não pertencesse à esfera embranquecida como atrasado, impulsionando o projeto liberal-iluminista que, visando igualdade e liberdade, codificou os indivíduos em humanos e não humanos.

No seu sentido mais amplo, o racismo cultural está mais estreitamente ligado ao etnocentrismo. No entanto, um fator significativo que transcende o simples etnocentrismo é o poder. Este poder para atingir de maneira significativa as vidas de pessoas étnica ou culturalmente diversas é o fato que transforma o etnocentrismo branco em racismo cultural branco (JONES, 1973, p. 134).

De acordo com Rocha (2019), pode-se dizer que durante muitos anos o cristianismo desempenhou um papel muito importante, voltado para o desenvolvimento e aperfeiçoamento ético e moral dos indivíduos. Desse modo, os seus comportamentos eram estabelecidos na comunidade de acordo com a Bíblia, sendo ela considerada como o livro essencial para as pessoas que buscavam entender sobre a origem do mundo e da fé. E o que dizer quando uma instituição religiosa degrada todo um povo e considera-o inferior pela sua cor de pele? Bom, o resultado vocês já sabem, afinal, acreditamos em um Jesus branco, forte e de olhos claros tão quanto em um Diabo negro, que é digno de nojo, subalternização e medo. Esse fator foi crucial para desumanizar a imagem do negro.

Ao visitarmos a configuração social pelo processo civilizador conseguimos entender o comportamento humano e de que maneira ele contribuiu para a formação da sociedade como a conhecemos (ELIAS, 1994), identificamos que a raiz na escravidão permeia todas as relações de poder no Brasil (SOUZA, 2017). É a partir dessa linha do tempo histórica que começamos a entender o porquê de sermos açoitados, aprisionados, segregados, marginalizados, como nossa cultura passou a ser considerada um rito satânico e como nossos traços fenóticos foram considerados similares aos do próprio Senhor das trevas, segundo o cristianismo.

A diáspora africana - imigração forçada, por fins escravagistas mercantis - é um marco, uma série de eventos começaram depois dela em um efeito dominó, no qual processos

complexos envolveram a promoção de guerras na África e a destruição de sociedades, captura de homens, mulheres e crianças, travessia do atlântico que duravam, em sua maioria, semanas e até meses, a inserção brutal em uma nova sociedade, lutas por liberdade e sobrevivência e a construção de novas identidades.

Ao embarcarem nos navios negreiros, sua construção social e cultural foram subjugadas, logo, vieram padres responsáveis pela catequização e senhores donos de terras para efetuarem a escravização em um padrão sistêmico com a finalidade de apagar a história de um povo que nem sequer fora considerado humano, a raça – como eles definiram – foi e é um marcador que determina sua função e status na sociedade, é ela quem define quem é ou não poderoso, bonito ou feio, inteligente ou incapacitado, senhor ou escravo. Por serem de cor diferente, os africanos foram submetidos a 300 anos de trabalho escravo, que custavam suas vidas se deixassem passar uma poeira que fosse percebida pelos manda chuva coloniais, a vida do negro não tinha (tem) valor, por isso, foram obrigados a viver em senzalas coletivas, amontoados, e por tanto tempo suas peles foram afligidas pela dor de chicotadas, das colunas esmagadas por estarem carregando pesos sobre-humanos ou pelo simples fato do seu senhoril ter acordado de mal humor e os atacavam brutalmente.

Com o tempo, resistências começaram a ser edificadas e conhecidas no Brasil colônia, quilombos passaram a ser refúgios que fomentou movimentos abolicionistas – e hoje são locais de resistência e ressonância da cultura afro-brasileira – e depois de muita luta, a escravidão foi oficialmente abolida com a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888 pela princesa Isabel, então regente do Império em nome de seu pai, o imperador Dom Pedro II, depois de muita pressão interna e externa - a Inglaterra já estava impaciente com a situação do nosso país ser o único a ainda usar a mão de obra escrava – tornou-se uma grande heroína que, em seu ato de caridade, invisibilizou toda a guerrilha negra por trás deste acontecimento.

Contudo, a exploração, as condições desumanas que nossos ancestrais engoliram a seco não cessaram com a abolição, até porque a liberdade era seletiva e tinha um amontoado de pré-requisitos - como ser portador de um sapato para ser considerado livre – e o fortalecimento do estigma social que fora criado e sustentado pela supremacia branca cristã que perdura além das décadas nos levando a interpretar as condições de dissabor que nós, negros, enfrentamos diariamente, na qual o traço que define o excluído é a cor da pele:

[...] ‘raça’ é não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a nação brasileira de ‘cor’ enseja são efetivamente raciais e não apenas de “classe” (GUIMARÃES, 2002, p. 50).

A nossa sociedade não pode ser compreendida se extrairmos o conceito de raça e racismo de nossas análises e de que o racismo sempre foi e é estrutural, sendo ele uma manifestação cultural normalizada, fornecedor do sentido, da lógica e da tecnologia de manutenção da opressão de pessoas negras, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômica do tecido social.

A igualdade é um mito, o poder é simbólico

Existem muitas variedades de racistas individuais, mas todos têm, em comum, uma crença na inferioridade dos negros (física, moral, intelectual, cultural etc.); apresentam também o uso irredutível de normas brancas, com a suposição não-discutida de sua qualidade superior. Embora um indivíduo não crie normas, a verdade é que as interioriza, apoia e emprega. Por isso, identificar as pessoas como racistas equivale a verificar até que ponto estão dispostas a atribuir inferioridade a características raciais de pessoas negras, a partir de normas brancas (JONES, 1973, p. 106).

Existe um mito, o da democracia racial que nos faz beber de um caldo do senso comum que perpassa o nível de escolaridade e o contexto socioeconômico-cultural de grande parte, senão da maioria da população brasileira. Hasenbalg diz que

[...] A noção de democracia racial é uma poderosa construção ideológica, cujo principal efeito tem sido o de manter as diferenças inter-raciais fora da arena política, criando severos limites às demandas do negro por igualdade racial [...] (HASENBALG, 1987, p. 80).

O negro, na maioria das ocasiões, não tem acesso à educação, a cidadania e até a vida justamente por estar nas extremidades da conjuntura, somos ridicularizados e perseguidos até sermos mortos por balas perdidas que por pura coincidência encontram somente os corpos anormais (FOUCAULT, 2001). Segundo Ianni (2002, p. 8), “em geral, a fúria da violência tem algo a ver com a destruição do ‘outro’, ‘diferente’, ‘estranho’, com o que busca a purificação da sociedade, o exorcismo de dilemas difíceis, a sublimação do absurdo”, o que se torna suficiente para justificar a opressão que vivenciamos como algo que é inerente a nós, estamos a todo momento a beira do perigo por apresentarmos a face da ameaça, somos o elemento suspeito que todos temem, já que o discurso que permeia os padrões de sociabilidade é o de que o negro sempre será o marginal, o bandido, o agressor, o molestador. É o próprio Diabo.

Para Bourdieu (1989), isso se dá a partir de um poder que é invisível, que existe graças ao mundo inteligível e é sobre as suas diretrizes que enxergamos o mundo e a nós mesmos enquanto atuantes. Parte da nossa capacidade de interpretação, observação e disseminação dos conceitos de realidade que fazem sentido são advindos da vontade de um grupo que é dominante, que aproveita da vulnerabilidade do Outrem, moldando-o e encaixotando-o de acordo com suas vontades. Em consonância, o filósofo Achille Mbembe

Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ‘este velho direito soberano de matar’. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer” (MBEMBE, 2018, p. 18).

Este, meu querido leitor, é o famoso poder simbólico que é dotado de caracteres que foram edificados historicamente para construir o discurso que predomina em nossas mentes e que rege nosso comportamento. Exemplo disso é quando pensamos na figura do negro, imediatamente associamos a imagem pejorativa que o cristianismo idealizou e fez prevalecer no corpo social. Essas características são definidas, apreendidas e repassadas culturalmente para que haja a reprodução do discurso dominante com autenticidade, explicando o mundo e as relações humanas, para que isso aconteça, a elite usa como tecnologia a educação que

[...] Permanece o silêncio, que serve apenas para reforçar a discriminação. Infelizmente, a formação da maioria dos professores se deu numa sociedade que, desde o seu início, buscou manter a distinção entre negro e branco, privilegiando a raça branca e tentando, inclusive, provar por meio dos fatores biológicos a superioridade de uma raça sobre a outra. Isso contribui para a permanência do silêncio do professor (REIS, 2003, p. 148).

A posteriori, é certo dizer, alicerçado nas contribuições de Bourdieu (1989), que nos enxergamos e somos vistos no corpo social a partir da ótica da supremacia branca, que detém o discurso dominante. O negro é o que o homem branco quer que ele seja, então é comum encontrarmos pessoas retintas que reproduzam falas e atitudes racistas porquê aprenderam a pensar o conceito do que é ser negro a partir de categorias simbólicas que colocam-nos como inferiores na estratificação, classificando-os fenotipicamente como não bonitos, culturalmente descendentes de Satã, intelectualmente como não aptos servindo apenas para o trabalho braçal, desprovidos de proatividade e aqui é gênese para a intolerância cultural, na qual, por exemplos, os cultos são vistos como rituais satânicos, na desigualdade social, a qual barra-os de seus direitos básicos e conseqüentemente, vetando suas oportunidades de melhoria de vida.

[...] Como formar uma identidade em torno da cor e da negritude não assumidas pela maioria cujo futuro foi projetado no sonho do branqueamento? Como formar uma identidade em torno de uma cultura até certo ponto expropriada e nem sempre assumida com orgulho pela maioria de negros e mestiços? (MUNANGA, 1999, p. 17).

Com isso, a branquitude levanta a bandeira de que temos que amar o branco ao ponto de o negro querer ser branco para ser incluso, naturalizando sua opressão e drenando sua identidade a ponto de nem perceberem que isso acontece. Aqui, Bourdieu (1989) dá significado a violência simbólica, que nada mais é que a (re)produção contínua de crenças que operam para que o processo de sociabilização leve os indivíduos a se posicionarem no espaço social seguindo critérios e padrões do grupo dominante, na qual a pessoa é oprimida sem ao menos perceber. Levando esse fator em consideração, podemos concluir que o negro está suscetível a toda e quaisquer situações de crueldade presentes em um círculo vicioso.

A nova face da escravidão: racismo como relação de poder

Por muito tempo acreditou-se que racismo seria apenas um costume que, talvez com o advento da modernidade, fosse perdendo sua força e o negro pudesse ser reconhecido e incluído no seio da sociedade brasileira. Contudo, a distopia foi quebrada quando a raça considerada inferior passou a ocupar trabalhos mal remunerados com péssimas condições, sem acesso à escolaridade e boas moradias obrigando-a a refugiar-se nas extremidades, tornando-se a engrenagem que faz a economia rodar. Daqui surge outro questionamento: se o Estado é obrigado a garantir os direitos à vida, saúde, educação e propriedade privada, que são inalienáveis, por qual motivo pessoas negras, majoritariamente, vivem em situação de miséria e escassez? A resposta é evidente, em uma sociedade de cunho liberal e capitalista como a do Brasil, o Estado é responsável pela manutenção das desigualdades sociais (BARBOSA, 2013). Segundo Vieira (2019, p. 78),

O racismo não pode figurar na condição de coadjuvante das análises sociais em uma sociedade em que a escravidão foi um dos maiores sistemas de “gastar” gente que a humanidade viu em funcionamento. Não se pode atenuar a importância da influência que a escravidão brasileira impôs sobre os padrões culturais, envolvendo questões de ordem econômica, jurídica, política, religiosa ou, mesmo, sexual.

Para Souza (2017), quem faz a sociedade é a força das instituições, e a grande instituição que passou a existir aqui no Brasil desde 1532 é a escravidão. Essa ideia que herdamos de Portugal o patrimonialismo e a corrupção somente na política é equivocada e utiliza-a como mecanismo de invisibilização da herança da escravidão, tomando o lugar de explicação de problemas relacionados à raça e conflitos de classe. A escravidão continua, suas faces são diferentes, modernas, mas perpetua com maestria fazendo valer as vontades de um pacto forjado entre os donos do poder que subjuga o que ele define como a ralé de novos escravos coordenada pela classe média - que também não passa de poeira para a verdadeira elite - e governos de extrema direita que odeia o pobre.

O elemento raça aqui, acima de tudo, é o principal marcador econômico e social de caráter estrutural e sistêmico, e a desigualdade é inquestionável quando falamos da vida do negro na sociedade de classes, hierarquizada nos moldes europeus e capitalistas com função de dominar o menos favorecido. É preciso, primeiramente, observar com uma visão macroscópica para ter um entendimento das questões que são abordadas no nosso contexto, como pessoas

negras receberem menos que pessoas brancas tratando-se de remuneração salarial, ficam com os piores cargos e não tem acesso ao ensino superior porque a meritocracia não permite. Mas,

[...] em 1999 a taxa de analfabetismo da população negra de 25 anos ou mais atinge 25,9%, enquanto na população branca essa taxa é bem inferior, alcançando 10,4%. Em relação ao número de pobres e indigentes, o Ipea comprovou que a grande maioria concentra-se na população negra. Esse contingente reforça a dimensão da desigualdade social brasileira (REIS, 2003, p. 149).

Souza (2017) já havia investigado este grupo social intitulado de “batalhadores”, cujo alcance das políticas públicas propiciadas desde o início do governo Lula, em 2003, possibilitou uma melhoria considerável nas condições e na qualidade de vida da classe trabalhadora por meio do acesso ao consumo de bens duráveis e a oportunidade de ingressar em uma universidade, através de políticas de acessibilidade como as cotas raciais – que são subestimadas e negadas como tecnologia de ingresso, bem como

Instrumento de democratização dos espaços em razão não apenas do contexto histórico que a sua aplicação envolve, como também da própria obediência legal e política de valores e preceitos que a Constituição brasileira elegeu como bússolas para a sociedade brasileira, pelo menos virtualmente (VIEIRA, 2019, p. 75).

A peculiaridade desta lâmina social da classe trabalhadora se deve a dificuldade em ascender economicamente devido à carência de capital cultural, social e simbólico (BOURDIEU, 1989) já que seus antepassados não tiveram acesso. Contudo, as políticas inclusivas criadas pelo governo petista estremeceram o grupo dotado de privilégios que não suportaram a ideia de pessoas do gueto ascenderem socialmente e um golpe foi arquitetado, dirigido e efetuado, com o auxílio da mídia que abriu um caminho fértil para a consolidação do monopólio midiático da Globo, para que de alguma forma a classe desprivilegiada se mantivesse em seu devido lugar, na miséria.

O corpo negro foi definido pelo Estado como descartável, redundante, anormal, insignificante e, segundo Baumann (2017, p. 20),

Ser ‘redundante’ significa ser extranumerário, desnecessário, sem uso de quaisquer que sejam os usos e necessidades responsáveis pelo estabelecimento dos padrões de utilidade e de indispensabilidade. Os outros não necessitam de você. Não há uma razão autoevidente para você existir nem qualquer justificativa óbvia para que você reivindique o direito à existência. Ser declarado redundante significa ter sido dispensado pelo fato de ser dispensável tal como a garrafa de plástico vazia e não retornável, ou a seringa usada, uma mercadoria desprovida de atração e de compradores, ou um produto abaixo do padrão, ou manchado, sem utilidade, retirado da linha de montagem pelos inspetores de qualidade. ‘Redundância’ compartilha espaço semântico de ‘rejeitos’, ‘dejetos’, ‘restos’, ‘lixo’ com refugo.

É importante salientar que Souza (2017) ainda nos descreve o culturalismo racista que vai de encontro com as teorias que por ele são criticadas em seu livro, definindo-o como um viralatismo sociológico que se apresenta como uma análise crítica a respeito da sociedade brasileira ao apontar o Estado e a classe política como vilões, ao passo que a verdadeira “elite do atraso” passa ileso pela língua dos pseudocríticos. Nesta compreensão militante a respeito da estrutura política e social do país, a crítica se apequenou diante dos agentes do mercado, de especuladores e financistas, de sonegadores que depositam vultosas somas em paraísos fiscais.

Mas aqui não tem como limitarmos esse conceito apenas na pequena caixinha da área econômica, o culturalismo aqui também tem efeito excludente que garante e legitima a sensação de superioridade que uma nação, grupo ou raça que se vê na condição de dominante cultural, grupo de primeira classe sente em relação a uma segunda nação ou grupo que é visto, ou mesmo se vê, na condição de dominado cultural, grupo de segunda classe.

Da branquitude nasce o discurso dominante e dele origina-se a opressão que marcou a da pele à alma da negritude, invisibilizando-a de todas as maneiras possíveis, em todos os âmbitos da conjuntura social desde a Diáspora africana, é isso que o racismo faz, atua como um tumor forte e agressivo, matando toda uma etnia pouco a pouco, dia após dia.

Considerações finais

Ao buscar entender a respeito das principais ideias, origens e natureza do racismo estrutural, assimilam-se relatos históricos do Brasil, dessa forma, fica fácil entender como surgiu o preconceito e as crenças intolerantes contra os negros, que são rejeitados e perseguidos

mesmo com os seus direitos garantidos por lei, permanecem sendo vítimas de preconceito em virtude de um poder que circunda o corpo social no viés de exorcizar.

É possível identificar que negros são oprimidos enquanto negros numa sociedade racista, as condições de dissabor são incessantes e promovem barreiras que agrupam forças para sufocarem o grupo mais fraco, qualquer ação tomada por eles é passível de uma punição, tanto que não é segredo para ninguém que quando uma vítima procura as autoridades para ter-se justiça em ocasiões de bestialidade, é desacreditada, reprimida e censurada, sendo rotulada como a vilã da história por carregar um estereótipo criado para excluí-la. Negro é sinônimo de ralé, de pobreza, de violência, de segregação e marginalização.

Diante disso, conclui-se que, o cristianismo colonizador teve papel fundamental na disseminação da imagem do negro demonizada para justificar sua discriminação e coação, usando de seu discurso dominante para invisibilizar e influenciar outras instituições a incitar toda uma reprodução de uma série crenças pejorativas que ressaltam a inferioridade negro em detrimento da superioridade do branco, tornando-o alvo de todo e qualquer tipo de violência. Nossa cor de pele é o fator de maior importância quando se trata da nossa marginalização e inacessibilidade, somos os feios, somos a escória do corpo social, pelo menos é assim que nos vêm, quando na verdade, somos sinônimo de força, adaptabilidade, engenhosidade, somos poesia, resistência, arte e, diferente do que foi pregado, somos obra divina, nossos traços fenóticos são lindos, nossa cultura é honrosa e nossa história é de luta.

Referências

BARBOSA, Walmir. **Estado e Poder Político em Marx**. Goiânia – UFG. Disponível em: <http://www.goiania.ifg.edu.br/cienciashumanas/images/downloads/artigos/estado_poderpolitico_marx.pdf> Acesso em 16 nov. 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais: Curso no Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sergio A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Vale. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 73, São Paulo, maio. 1987.

IANNI, Octavio. A Violência na Sociedade Contemporânea. **Revista Estudos de Sociologia**, v. 7, n.12, 2002, p. 7-30.

JONES, James M. **Racismo e preconceito**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

REIS, Maria Clareth G. Escola e contexto social: a identidade racial numa comunidade remanescente de quilombo. In: OLIVEIRA, Iolanda de, SILVA, Petronília B. G. (Org.). **Negro e Educação: Identidade negra, pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: ANPED, 2003.

ROCHA, Arlindo Nascimento. A homossexualidade e o cristianismo conservador: a face cristã da intolerância religiosa espelhada na Bíblia. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 6, p. 68-92, jul. 2019.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: Da escravidão à Lava-Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VIEIRA, Hector Luís Cordeiro. Direitos humanos, racismo e cotas raciais: a construção de uma democracia antirracista com base em reconhecimento e consideração. **Revista Persen**, v. 17, ano 12, 2019.